

Brasil não aceita

REIO BRAZILIENSE

Brasília, quinta-feira, 12 de julho de 1990

7

imposição de credores

JULAR

São Paulo — O Brasil vai pagar os juros da dívida externa seguindo seu próprio calendário e sem aceitar imposições de nações estrangeiras ou de credores. A declaração foi feita ontem pelo ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, que negou que o rebaixamento do Brasil na classificação dos países devedores - o que obriga os bancos credores a aumentar suas reservas - tenha partido de decisão do governo americano, como divulgado ontem pela imprensa paulista.

Segundo Rezek, a reclassificação do Brasil é decisão exclusivamente do setor privado e, por isso, não terá consequências sobre os planos de cooperação comercial entre os dois países. O ministro explicou que o serviço da dívida externa brasileira - que já soma cerca de 6 bilhões de dólares em atraso - será pago dentro de um calendário estabelecido pelo Governo brasileiro atendendo aos interesses nacionais, e não em função de um calendário estabelecido por qualquer nação estrangeira e, menos ainda, imposto por qualquer instituição privada estrangeira.

Rezek - que participou do I Fórum Euro-Latino-americano promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais de Lisboa - garantiu ainda que o rebaixamento do Brasil não deverá influir na concessão de linhas de crédito de curto prazo, porque os bancos têm fontes adicionais de informação sobre

o que está acontecendo no País e sobre o diálogo que vem sendo travado entre os governos brasileiro e americano.

Ele informou que, na semana passada, conversou com o secretário do Tesouro americano, James Baker, que lhe assegurou a não interferência do governo no assunto. Com base em seus contatos com membros do governo dos Estados Unidos, Rezek acredita que a decisão dos bancos credores "talvez tenha sido vista com mais aborrecimento em Washington do que em Brasília". Para Rezek, a agenda das instituições financeiras "não é um primor de lógica".

Para o presidente do Grupo Itaú SA, Olavo Setubal, a decisão dos credores é eminentemente técnica, e não constitui surpresa. Segundo ele, nos países desenvolvidos as áreas financeiras são extremamente rígidas e, como o Brasil não paga juros há mais de um ano, a decisão do comitê que regula as atividades bancárias privadas nos Estados Unidos era esperada e apenas consolidou uma realidade matemática: os bancos têm de fazer reservas para ficarem líquidos.

O comissário da Comunidade Econômica Européia Abel Matutes, que veio ao Brasil para participar do fórum e manter encontros com autoridades brasileiras, acha que, se o governo americano determinasse a reclassificação do Brasil, a atitude constituiria uma incoerência em relação aos entendimentos que vêm sendo mantidos entre os dois governos.